

GDF não cumpre a lei e deixa de investir R\$ 553 milhões na educação

Sinpro desencadeia campanha para alertar a sociedade sobre os desvios de verbas da Educação

Em 2004 o GDF desviou R\$ 553 milhões da educação, segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ao mesmo tempo em que o GDF faz isso, a sociedade brasileira convive com a falta de escolas e fechamento de turmas, os professores recebem os mais baixos salários da Administração, falta todo tipo de material escolar, muitos alunos ficam sem aulas de disciplinas fundamentais,

Em 2004 o GDF aplicou apenas R\$ 492 milhões em educação, somente 11,78% da sua arrecadação. O restante dos recursos, R\$ 1,287 milhões, veio do Fundo Constitucional, do governo federal.

por carência de professores.

O descaso do GDF para com a educação não é novidade, e parece ser uma estratégia deliberada de enfra-

quecimento da escola pública, vinda de quem deveria cumprir a Constituição, que determina o investimento de 25% da arrecadação do gover-

no na Educação.

A CPI da Educação, realizada pela Câmara Legislativa, identificou outros prejuízos praticados contra a educação pública do DF, justamente pela maior responsável pela sua condução: a Secretaria de Estado de Educação.

Diante disso, o Sinpro está com uma campanha nos meios de comunicação

exigindo que o GDF cumpra a lei. Dessa forma e assim como para reverter o caos em que se encontra a educação pública, é necessário que todos nos mobilizemos, agora que estamos em campanha salarial. Vamos à luta, porque defender a escola pública é dever de todos nós!

Páginas 4 e 5



Campanha Salarial 2006: Assembléia dia 28 de junho

No próximo dia 28 será realizada assembléia geral, às 15h, no Mané Garrincha, para discussão e acompanhamento das negociações com o GDF.

É sempre bom lembrar que a força e a autoridade que nossa Comissão de Negociação precisa para garantir boas resultados vêm da categoria. Por isso, reiteramos a importância da participação de todas as professoras e professores,

pois afinal nosso objetivo é conquistar melhores salários e melhores condições para o nosso desempenho profissional.

No momento, vivemos a expectativa de implantação do Plano de Saúde, de reestruturação do Plano de Carreira, da apresentação do Plano de Moradia, da revisão da Portaria nº 30, da garantia de reajuste salarial que contemple as perdas salariais acumuladas,

da gestão democrática, entre outros pontos.

Mais negociações com o GDF estão previstas para os próximos dias e temos certeza que, com a participação efetiva da categoria, teremos sucesso em mais essa luta. É preciso trabalhar para que as conquistas venham.

Dia 28, às 15h, no Mané Garrincha, assembléia geral com compactação de horário.

Pelo tombamento da EIT



Na foto acima estão alguns dos primeiros prédios construídos em Taguatinga, o conjunto da EIT: à esquerda, o bloco de salas de aula; à direita, o galpão que hoje abriga a Biblioteca Machado de Assis; e ao fundo, outro galpão igual, que há mais de 25 anos é o maior símbolo de resistência cultural da satélite; o Teatro da Praça.

Hoje, Teatro e Biblioteca estão praticamente abandonados. Correm risco de vida.

Diante disso, o movimento cultural, estudantes, professores, agentes públicos e comunidade de Taguatinga estão em campanha pelo tombamento do EIT, para reformar e valorizar a Biblioteca e o bloco de salas paralelo à avenida comercial, e a arquitetura do Teatro da Praça.

Defendem ainda a atualização do acervo da biblioteca, com acervo diversificado, catalogado e coloca-

do à disposição do público; além de programas de pesquisa sobre a história da cidade.

Contribua com a campanha para preservar esse patrimônio de Taguatinga. Se tiver documentos, fotos, matérias de jornais leve-os à subseção do Sinpro, na CNB 4, para serem copiados e catalogados. Maiores informações com o professor Raimundinho, diretor do Sinpro, pelo telefone 9981-9064.

Agenda Cultural

Confira abaixo a agenda cultural do Sinpro e programe-se!

Sinpro nas Praças

23/07 – Brazlândia
06/08 – Ceilândia
27/08 – Santa Maria
16/09 – Taguatinga
23/09 – Samambaia

Saraus

19/07 – Santa Maria Norte
04/08 – Samambaia
11/08 – Taguatinga
08/09 – Guará

Muita forró e animação no V Arraiá do Sinpro

Está marcada para o dia 8 de julho a animada festa julinha dos professores, o V Arraiá do Sinpro. Teremos barracas típicas, bingo, quadilha, brincadeiras e muito forró, com animação de Sivuquinha de Brasília e os compadres do Nordeste. Não perca este arrasta-pé, venha e traga sua família!

VII Congresso dos Trabalhadores em Educação



De 29 de junho a 02 de julho de 2006
Local: CTE - CNTI - Luziânia - GO

De 29 de junho a 2 de julho acontecerá o VII Congresso dos Trabalhadores em Educação, uma realização do Sindicato dos Professores no DF e do Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar e será realizado na sede da CNTI, em Luziânia.

As normas gerais do congresso e formas de participação você encontra na página sete desta edição.

Editorial

Desvio de recursos explica o descaso com a educação

Foram R\$ 553 milhões apenas em 2004. Em 2001, 2002 e 2003 a perda da educação também foi dessa monta, proporcionalmente. Os dados são do Tribunal de Contas da União (TCU) e revelam uma manobra contábil, utilizada pelo GDF, para destinar menos recursos para a educação que os 25% da arrecadação do governo em impostos, constitucionalmente estipulados.

Os números são de 2004, os mais recentes disponibilizados pelo TCU. Em 2005, ao que indica, a prática permaneceu, com um agravante amplamente denunciado pela diretoria do Sinpro: o desvio de cerca de R\$ 200 milhões destinados para a educação para outras rubricas, principalmen-

te publicidade do GDF.

Como se isso não fosse o suficiente, a CPI da Educação realizada pela Câmara Legislativa, cujo relatório recentemente foi divulgado, detectou o desvio de milhões de reais da educação para empresas privadas, através de licitações fraudulentas e uso indevido da máquina administrativa. Desvios esses realizados justamente na Secretaria de Educação. A CPI chegou, inclusive, a denunciar o favorecimento político de uma ex-secretária da Educação, partidária do ex-governador Joaquim Roriz, que atualmente é deputada distrital.

Diante desses dados estarecedores, ficam explicadas as dificuldades enfrentadas pela educação públi-

ca do DF nos últimos anos: não há falta de verbas, mas sim desvio de dinheiro proposital para outros fins.

As escolas caindo aos pedaços, a contratação irregular de professores temporários, a falta de material escolar, os baixos salários, as enrolações nas negociações com nossos representantes etc. são fruto de uma política deliberada de desvio de recursos.

Diante desse fato e já que estamos em plena campanha salarial de 2006, só nos cabe uma atitude: mobilizar o conjunto da categoria, levar essas denúncias para a sociedade e exigir que acabe o descaso com a educação. Todos à assembleia do próximo dia 28.

Homengam póstuma

Artistas se despedem do mestre do circo e da arte

Professores, artistas, crianças, palhaços, e toda a trupe que faz circo e arte em Brasília se reuniram no dia 6 de junho no bar Cantoria, em Taguatinga, para prestar uma última homenagem ao Mestre Zezito, que morreu no dia 4 de maio, vítima de um infarto. Poetas recitaram poesias, discípulos do mestre ensinavam a fazer os brinquedos populares

que foram sua marca registrada, pernas de pau faziam acrobacias no espaço.

Brasília perdeu um dos maiores transmissores da cultura popular brasileira. Em oficinas promovidas pelo Sinpro em várias oportunidades, Mestre Zezito iniciou toda uma geração de educadores na arte do circo e da confecção de bonecos.

Generoso, fazia da alegria a sua grande matéria-prima.

Há 15 anos ele sofria de problemas no coração e tomava remédios controlados. “Agora, a gente tem de se conformar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido”, emocionou-se a viúva, Neide de Nazaré, com quem o Mestre Zezito teve três filhos.

O Fórum Social Mundial foi criado para facilitar o diálogo entre os povos e gerar ações práticas para a melhoria do planeta.

Isso depende de cada um de nós. Especialmente agora: o FSM está ameaçado por um déficit de R\$ 3 milhões de sua última edição, devido a doações prometidas mas não concretizadas.

Colabore. Doe qualquer valor. O déficit é grande, mas muito inferior ao poder de organização de quem deseja um mundo melhor. Juntos, faremos com que a última edição do FSM não tenha sido definitivamente a última.

Ajude o Fórum Social Mundial com a quantia que puder.

Banco do Brasil – 001
Agência 1202-5 – Sete de Abril
Conta Corrente: 31.365-3

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
CNPJ 68 630 623/0001-81

Se preferir, doe pelo seu cartão Visa. Acesse www3.forumsocialmundial.org.br/foja/bv

E X P E D I E N T E

Sinpro-DF: sede: SIG, Quadra 6, lotes 2260/2270, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207 (Organização), 3343-4231 (Imprensa), 3343-4219 (Jurídico)
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1. Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina. Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Robson Salazar, Nonato e Valeska
Journalistas: Afonso Costa e Junia Lara
Fotografia: Welber Souza - **Diagramação:** Wellington Braga
Impressão: Gráfica Plano Piloto - **Tiragem:** 32.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução desde que citada a fonte

Artigo

Os mestres merecem respeito

Recentemente, em uma edição de um jornal televisivo local, mais uma vez a emissora, que tem grande audiência, apresentou matéria na qual abordava a falta de professores nas escolas – o que é uma constante, devido a falta de prioridade do GDF para com a educação pública e a falta de planejamento e competência da SEE/DF – que ofende e indigna a categoria.

O repórter, ao final da matéria, fez comentário como quem diz que somos nós, professoras e professores, os responsáveis pelo caos instalado na maioria das escolas do DF, principalmente as das cidades satélites mais distantes e as de periferia.

O mais cruel nessa história é que as faltas das disciplinas citadas ocorreram pela ausência de professores por motivo de doenças. Doenças por certo adquiridas pelo exercício da profissão. Há estatísticas que comprovam que a profissão é uma das que mais provoca doenças. Nós sabemos disso, pois constatamos no dia a dia.

Problemas nas cordas vocais, no aparelho locomotor, doenças psicológicas, no aparelho digestivo, entre outras, são sofrimentos que acompanham quase metade da categoria.

Pesquisa realizada pelo Sinpro aponta que mais de 43% das professoras e professores têm algum tipo de doença. E aí, perguntamos: adoeçemos porque? Será que o comentarista da matéria não tem conhecimento das condições de trabalho, da vida e dos salários da categoria? Será que ele sabe quanto ganham os professores, quantos alunos têm em cada sala de aula? Será que ele conhece o autoritarismo e a truculência com que centenas de direções tratam os professores? Será que ele desconhece que, numa sociedade tão desigual, onde o capitalismo desenfreado oprime e induz ao desajuste social, a deterioração das relações trabalhistas, onde mais vale ter do que ser?

Além de tudo isso, ainda somos desrespeitados e discriminados pelo governo do Distrito Federal, que não nos dá o mesmo tratamento dado a outras categorias. Basta observar os salários dos trabalhadores da saúde e da segurança e comparar com os nossos.

É preciso dizer em alto e bom som: nós somos humanos e temos limites orgânicos. O desrespeito e a truculência, venham de onde vierem, cada vez mais desestabilizam nossa autoestima e debilitam nossa

saúde.

A responsabilidade e a obrigação de garantir aulas todos os dias para a comunidade é do GDF. Temos o desrespeito às licenças médicas que, aliás, são atestados pelos profissionais da saúde e triadas pelo SAMO – Serviço da SEE/DF.

Fazemos um apelo e ao mesmo tempo um desafio aos meios de comunicação – concessões públicas – venham lutar conosco pela escola pública que precisamos, que nossos filhos merecem. Venham conosco exigir que o governo cumpra a Constituição – nossa lei maior exige: investimento de no mínimo 25% da arrecadação em impostos para a educação. Venham conosco exigir condições materiais de trabalho: equipamentos, livros, bibliotecas em todas as escolas públicas. Valorizem e respeitem os professores. Vocês todos passaram pelas mãos deles. Não sejam reprodutores da política da classe dominante que quer tudo para si. Não ajudem o governo a acabar com a educação pública. Se isto acontecer a desigualdade social será mais perversa e ameaçará nossa sobrevivência.

Respeitem os mestres!

Maria Augusta Ribeiro
Diretora do Sinpro

Monografias

Estamos com espaço aberto para você, que concluiu ou está concluindo mestrado ou doutorado, publicar em nosso jornal uma síntese da sua monografia. É o Quadro Negro cada vez mais aberto para a categoria. Os endereços para contato são os indicados abaixo, da sede e subdesdes do Sinpro. Divulgue sua tese para a nossa categoria.

Cartas e e-mails

Despedida

Ceilândia foi o berço. Lá iniciei minha carreira e coloquei em ação meus sonhos.

Recordo-me das dificuldades que enfrentei. Fui responsável pela formação de muitas crianças, hoje adultos, e de outras, que morreram como bichinhos selvagens.

Durante 18 anos vivi aprendendo e consolidando a vontade de transformar. Erros e acertos fizeram parte da minha vida.

Despeço-me da educação, um tanto decepcionada, por não vislumbrar novos horizontes.

Aos meus alunos desejo a mais plena realização. Aos colegas, meus agradecimentos. A DEUS, agradeço a força que me impulsionou.

Um beijo para todos, na certeza que permaneceremos unidos em prol da Valorização do Professor e na luta por uma sociedade menos injusta.

Ana Barros

Ensaio

Recebemos da professora Keila Alves Bezerra artigo em forma de ensaio acerca da literatura do ensino médio. O texto está disponível no site do Sinpro. Recomendamos sua leitura.

Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no DF

Adalberto Duarte de Oliveira
Andreia Cristina Souza
Antonio Ahmad Usuf Dames
Antônio de Lisboa A. Vale
Berenice Darc Jacinto
Carlos Antoneto de S. Lima
César Santos Ferreira
Cláudia de Oliveira Bullos
Láudia M. Amaral de Souza
Cleber Ribeiro Soares
Denilson Bento da Costa
Francisco Barbosa
Francisco Joaquim Alves

Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Ilson Veloso Bernardo
Isabel Portuêz de S. Felipe
Izac Antônio de Oliveira
Jalma Fernandes de Queiroz
José Antônio Gomes Coelho
José Norberto Calisto
José Raimundo S. Oliveira
Lânia Maria Alves Pinheiro
Márcia Gilda Moreira
Marco Aurélio G. Rodrigues
Maria Augusta Ribeiro
Maria Bernardete D. da Silva

Maria José Correia Muniz
Misael dos Santos Barreto
Nazira Clotilde da Silva
Nelson Moreira Sobrinho
Raimundo Nonato Menezes
Rejane Guimarães Pitanga
Robson de Paiva Salazar
Rosilene Corrêa Lima Miranda
Rosimeire do Carmo Rodrigues
Sebastião Honório dos Reis
Valdenice de Oliveira
Valeska Rodrigues Leão
Washington Luis D. Gomes

Entidades se mobilizam para anular a privatização da Vale do Rio Doce

Uma decisão da Justiça promete reacender a disputa referente a um dos símbolos do programa de privatizações promovido pelo governo FHC: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A juíza Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ressuscitou processo originado de diversas ações populares movidas na época da venda da Vale, em 1997, pedindo a anulação da privatização da companhia.

A decisão da juíza - tomada em 20 de outubro de 2005 e publicada apenas no dia 16 de dezembro do ano passado - anula a extinção do processo, sentenciada pelo juiz Francisco de Assis Castro Júnior em 2002, e estipula a retomada do julgamento, estabelecendo a obrigatoriedade de produção de provas sobre o caso e de novos depoimentos das partes envolvidas. Para furar o silêncio acerca do novo capítulo envolvendo uma das maiores companhias mineradoras do mundo, um grupo de congressistas lançou a Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio Público. A primeira ação do grupo foi o de mobilizar o conjunto da sociedade para garantir que a decisão seja mantida e que o julga-

mento das ações que pedem a revisão da privatização da Vale dê ganho às ações populares que questionam o processo. Várias entidades já engajaram nessa luta, entre elas a CUT, os sindicatos filiados e a UNE.

Para a deputada federal Socorro Gomes (PCdoB-PA), o processo não poderia ter sido validado pela ausência de justificativa sequer para a inserção da CVRD no programa nacional de desestatização (PND) no início do governo FHC. "A argumentação era que a privatização da Vale ajudaria a diminuir a dívida externa, o que não aconteceu, pois os R\$ 3,3 bilhões arrecadados com a sua venda não fizeram cócegas na dívida pública brasileira", salienta.

A frente critica também a inclusão da Vale no PND a partir da argumentação de que a empresa era ineficiente e deficitária para o



Estado, mesmo sem receber aportes públicos desde 1990. Mas o gancho principal do questionamento judi-

cial seria o baixíssimo valor pelo qual a Vale teria sido vendida. A problema estaria na avaliação feita pela

empresa Merrill Lynch, contratada para este serviço e para a formatação da venda. A Merrill Lynch teria usado base de cálculo equivocada ao tomar o preço base das ações da Vale na época, que estavam na casa dos R\$ 26, e multiplicaram pelo número de ações vendidas. A empresa foi avaliada em R\$ 10 bilhões e a transação, que envolveu 41% das suas ações, foi efetuada pelo valor de R\$ 3,3 bilhões.

"A Vale era um complexo industrial com 54 empresas, maior produtora e exportadora de ferro do mundo, com concessão de duas das maiores ferrovias do planeta e hoje vale quase R\$ 100 bilhões. Este patrimônio não foi avaliado", diz a deputada Dra. Clair (PT-PR). "As reservas de minério de ferro foram sub-avaliadas, não foi avaliada a inteligência acumulada da companhia e as mais de 30

empresas coligadas e subsidiárias. O dinheiro pago só dava para comprar os navios que a Vale possuía", completa a deputada Socorro Gomes.

Para as parlamentares, é preciso reparar este erro histórico não somente pelo fato da venda ter sido feita a preço de banana, mas pela importância estratégica da companhia para o país. A Vale é a maior produtora de minérios de ferro do mundo, com reservas comprovadas de 41 bilhões de toneladas deste tipo de minério, uma das maiores produtoras de ouro e prata e possui 11% das reservas mundiais de bauxita. Hoje a companhia é a empresa que mais contribui para o superávit comercial da balança brasileira. A CVRD é responsável por 16% da movimentação de cargas do Brasil, 65% da movimentação portuária de grãos sólidos e cerca de 39% da movimentação do comércio exterior nacional. É um patrimônio do povo brasileiro que pode e deve ser retomado.

Impasse no Senado adia votação do Fundeb

A emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissionais de Educação (Fundeb) é a única medida encaminhada ao Congresso Nacional há um ano que ainda não foi aprovada. Até o fechamento desta edição. A informação é do ministro da Educação Fernando Haddad.

Segundo ele, "o Fundeb passou por unanimidade na Câmara dos Deputados, foram 457 votos a cinco; recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, bastando que o plenário do Senado aprove essa revolução no financiamento da educação básica".

Ele lembrou que a educação básica brasileira poderá ter um adicio-

nal de R\$ 4 bilhões e um piso nacional para os professores do segmento, caso seja aprovada a emenda constitucional que cria o Fundeb.

Segundo Maria Dolores Sanches, secretária do FPEI, a "briga entre partidos da oposição e partidos da base de apoio ao governo" tem atrasado a votação de matérias no Senado, o que fez com que o Fundeb não fosse votado até agora.

A PEC do Fundeb, esclarece, vem sendo posta na Ordem do Dia do Senado há semanas, mas sem acordo entre oposição e base do governo, o que dificilmente irá à votação.

Para ela, é necessária pressão da opinião pública e da imprensa para resolver esse impasse, principalmente quanto ao Fundeb, fundamental para a educação brasileira.

Portaria nº. 30 é mais um passo para privatizar a escola pública

Privatizar a escola pública não é vender o terreno, mas sim desvalorizar essa escola pública, fazendo uma verdadeira propaganda do ensino particular. A afirmação é do diretor do Sinpro Antônio Lisboa, em audiência pública ocorrida em maio, na Câmara Legislativa, para debater a disciplina Arte no currículo da educação básica.

A iniciativa da audiência foi das comissões de Educação e Saúde e Direitos Humanos, presididas pelas deputadas Arlete Sampaio e Erika Kokay, ambas do PT.

Na audiência estiveram presentes o profes-

sor José Eduardo Garcia de Moraes, representante do movimento dos arte-educadores pela revogação da portaria nº. 30 e dos grupos Pró-Arte e CAE, ambos do Ceap; a professora Tereza Lousada, do Instituto de Arte / Departamento de Artes Visuais da UnB; e o professor Ricardo Gauche, gerente de Interação Educacional da Coordenação de Pesquisa em Avaliação do Cespe/UnB.

Segundo Lisboa, há dois ou três meses uma outra audiência pública na Câmara Legislativa debateu outra resolução da Secretaria de Educação, que obrigava os alunos do EJA - Educação para Jovens e Adul-

tos - a frequentarem no mínimo 75% das aulas. Para ele, isso é um absurdo, já que muitos desses alunos não podem ter essa frequência porque trabalham. Da mesma maneira, emendou, a portaria nº. 30 prejudica os alunos, que agora não podem optar entre por uma das três variantes que existem no ensino de artes: cênica, visual ou música.

"É mais um passo para privatizar a escola pública, via anti-propaganda dessa escola, que é feita pelos próprios membros do GDF", disse Lisboa.

Para o diretor do Sinpro a comunidade escolar deve exigir do GDF uma educa-

ção de qualidade, isto é, que o governo cumpra a LDB, que garante o ensino nas três formas de arte nas escolas.

Ele anunciou ainda que, por esses e outros desmandos na educação é que o Sinpro desenhou campanha publicitária exigindo os 25% da arrecadação do GDF, como preconiza a Constituição, de investimentos na educação.

Todos os outros palestrantes foram unânimes em defender a volta do ensino das três modalidades de arte, em defesa da qualidade do ensino e do direito dos alunos e professores.

Ato contra autoritarismo em Planaltina reúne centenas de professores

No dia 18 de maio os professores de Planaltina mostraram toda a sua indignação com o autoritarismo das direções das EC 03, EC 11, CE JK e do Jardim de Infância Casa de Vivência, em ato e carreta que reuniu cerca de 600 professores, além da comunidade escolar. Organizado pelo Sinpro, o evento teve o objetivo de defender a coordenação pedagógica e denunciar as ameaças, punições e sindicâncias contra professores que se recusam

a substituir em horário de coordenação.

A mobilização dos professores possibilitou o envolvimento da comunidade na discussão. O Sinpro está na luta para tentar reverter as 11 sindicâncias que foram abertas contra os professores e que continuam em tramitação. Não podemos aceitar que decisões arbitrárias como essas sejam motivos para punir professores que apenas estão lutando para garantir a qualidade do ensino.



Professores vão às ruas contra o autorismo da SEE

Remanejamento nas Secretarias do Sinpro

Em função de licença para pleitear candidatura nas próximas eleições, houve remanejamento temporário em algumas secretarias do sindicato:

Imprensa - Robson (coordenador), Nonato e Berenice; **Assuntos jurídicos** - Valesca (coordenadora), Valdice e Misael;

Gênero, Raça e Sexualidade - Márcia Gilda assumiu a secretaria, já que a professora Rejane foi eleita presidenta da CUT;

Conselho Editorial - Fazem parte os integrantes da Secretaria de Imprensa mais os companheiros Augusta e Washington.

CPI da Educação acusa GDF ex-secretárias Eurides Brito

Artigo

Há dinheiro, sim, para a educação e a sociedade tem que saber!

O financiamento da educação no Distrito Federal, desde a fundação de Brasília, é feito pelo governo federal. À época, como a nova capital não tinha recursos para assegurar os serviços públicos, era necessário que a União o fizesse e, durante anos, os governadores do DF (todos eles) tinham que procurar o governo federal, com o pires na mão, em busca de recursos para pagar salários e bancar a manutenção do ensino público.

A constituição de 1988 (e posteriormente a partir da aprovação LDB, em 1996) estabeleceu que os estados, municípios e o Distrito Federal seriam obrigados a aplicar 25% da arrecadação de impostos em educação. Porém, mesmo depois da vigência da nova constituição, a União continuou repassando recursos para pagamento dos salários da segurança, da saúde e da educação, porém, sem que houvesse algum dispositivo legal que garantisse os repasses.

A partir do ano de 2002, com a aprovação do Fundo Constitucional do DF, a União passou então a definir, anualmente, um valor a ser destinado ao Distrito Federal (ver quadro abaixo), exclusivamente para "manter a segurança pública e assistir à saúde e à educação". Cabe esclarecer que além dos recursos do Fundo Constitucional, o DF recebe do governo federal, outros recursos, provenientes de verbas descentralizadas do Sistema Único de Saúde, emendas parlamentares, etc.

A aprovação do Fundo Constitucional não desobrigou o Distrito Federal de aplicar 25% da arrecadação própria em educação. Mas o GDF não cumpre a Lei. Conforme dados do Tribunal de Contas do DF, publicados neste Quadro Negro, no ano de 2004, foram destinados para a educação R\$ 1.789.976.000,00, sendo que destes,

R\$ 1.297.419.000,00 foram transferidos pelo governo federal. Descontados os recursos vindos do governo federal, o GDF aplicou apenas R\$ 492.548.000,00 - 11,78% - em lugar dos 25% previstos em lei.

Os mais de 550 milhões de reais desviados da educação em 2004, poderiam garantir um aumento salarial aproximado de 24% a todos os professores e auxiliares.

Estamos utilizando os números de 2004, mas o desvio de verbas aconteceu também nos anos de 2001, 2002, 2003 e, embora o Tribunal de Contas ainda não tenha analisado os números de 2005, temos plena certeza de que no ano passado a manobra do GDF também aconteceu. Ou seja, o GDF tem condições de garantir um plano de carreira, melhorar substancialmente a estrutura das escolas, contratar mais professores e auxiliares. Enfim, é possível no Distrito Federal se construir a escola pública de qualidade que todos almejamos. Mas a luta pela escola pública de qualidade tem que chegar a toda a sociedade e nós, professores, devemos utilizar nossas aulas e reuniões com pais para mostrar à comunidade escolar que ela está sendo enganada e que, portanto, também deve lutar.

Antonio Lisboa – Diretor (licenciado) do Sinpro

"O Poder Executivo do Distrito Federal permitiu o absurdo desvirtuamento dos investimentos que deveriam ser realizados para o cumprimento das metas de universalização do acesso ao ensino público e gratuito. Ao invés de priorizar a aplicação dos recursos na construção e modernização das salas de aula, aproximando as escolas das áreas carentes de oferta, a Secretaria de Estado de Educação preferiu dar crescimento ao serviço de transporte público escolar, realizando vultosos investimentos em um serviço que atende menos de 2% dos estudantes da rede pública de ensino".

Este é um trecho do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação, realizada na Câmara Legislativa, lido pelo deputado Paulo Tadeu (PT), relator da comissão, no dia primeiro de junho.

Segundo o relatório, "o mais grave é que tal opção não foi construída a partir da intenção de atendimento à necessidade da população pelo transporte escolar, mas sim pelos interesses privados e empresariais, muitas vezes escusos, pela criação de um rico mercado dominado por apenas dois prestadores de serviço, a partir do direcionamento de licitações e com o superfaturamento de preços".

A CPI pediu o indiciamento de 21 pessoas envolvidas em irregularidades na Secretaria de Educação e abertura de processo administrativo disciplinar (PAD) contra dois servidores da pasta.

O relatório do deputado distrital Paulo Tadeu (PT) concluiu que processos licitatórios foram direcionados para beneficiar as empresas Jovem Turismo, Moura Transportes e Juiz de Fora. Além disso, ficou comprovada a manipulação na contratação de professores temporários para as escolas públicas do DF.

As principais acusadas são as ex-secretárias Maristela Neves e Eurides Brito, hoje deputada distrital pelo PMDB; Carlos Alberto de Oliveira, gerente da Jovem Turismo; Edvaldo Rocha, dono da empresa; Geraldo e Celso Alves de Moura, da Moura Transportes; e Nelson Augusto de Oliveira Lawal, da Juiz de Fora.

A lista de crimes apontados pela CPI da Educação é extensa e vai desde corrupção passiva e ativa, concussão, improbidade administrativa, sonegação fiscal, prevaricação, advocacia administrativa, violação dos deveres do servidor público e lavagem de dinheiro. O documento final foi encaminhado a diversos órgãos para as medidas cabíveis como Polícia Civil e Federal, Ministério Público do DF e Ministério Público Federal, GDF, Tribunal de Contas do DF, Ministérios da Educação e da Previdência Social, Delegacia Regional do Trabalho, Receita Federal, Banco Central do Brasil e Mesa Direto-

ra da CLDF.

A CPI da Educação foi instalada em 30 de março de 2005.

Absurdos

Segundo o relatório, "a locação de apenas um ônibus para o atendimento emergencial de uma nova comunidade, em localidade rural e não assistida por escola pública, criou-se um mercado e um gasto público de quase R\$ 30 milhões anuais. Esse crescimento do transporte escolar público foi marcado pelo direcionamento, o superfaturamento e outras ilegalidades nas licitações e contratações emergenciais, privilegiando as empresas Viagens e Turismo Jovem Ltda. e Moura Transportes Ltda., em troca de benefícios concedidos a servidores públicos e autoridades do Distrito Federal.

Ao mesmo tempo, no período analisado, segundo a CPI, ficou claro o desenvolvimento de processo de desmonte da carreira de Magistério na Rede Públi-

Omissão do governo Roriz e várias irregularidades marcaram a Secretaria de Educação nos últimos anos

Não há dúvidas de que ocorreram irregularidades na Secretaria de Educação do DF e a CPI materializou essas provas. A afirmação é do deputado distrital Paulo Tadeu (PT), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação, realizada na Câmara Legislativa, em entrevista exclusiva ao *Quadro Negro*.



Segundo ele, há também a "suspeita" de que houve processo de corrupção envolvendo empresas fornecedoras da SEE/DF e de financiamento de campanha política.

Perguntado se houve falta de decoro parlamentar, no caso de algum deputado envolvido, Paulo Tadeu explicou que se tiver envolvimento na campanha, lavagem de dinheiro ou caixa dois fica caracterizada a falta de decoro, que dependendo do resultado pode até levar a cassação.

O deputado explicou uma das maiores dificuldades encontradas pela CPI: "Depois de muita luta finalmente o BRB e outros bancos, mas principalmente o BRB, a receita federal e as empresas telefônicas entregaram a CPI os documentos que pedimos, dados que comprovam o envolvimento das pessoas citadas".

Paulo Tadeu afirmou ainda que a CPI da Educação pediu um adiamento e demorou mais que a CPI da Saúde justamente por isso, "porque fizemos a sistematização, o cruzamento dos dados".

Quanto às acusações de que as fitas teriam sido manipuladas, disse que elas foram editadas, mas isso não quer dizer que tenham sido falsificadas. As polícias civil, federal e o Molina – técnico especializado – comprovam as edições, mas também atestam que não houve manipulação.

Quanto ao contrato de R\$ 30 milhões com a Faculdade Uniceub para o projeto Professor Nota 10, o relator da CPI afirmou que foi uma opção administrativa pela Faculdade Uniceub, que one-

TRANSFERÊNCIAS PARA DF 2002/2006

ÁREAS	REPASSES UNIÃO PARA O O DF				
	2002	2003	2004	2005	2006
SEGURANÇA TOTAL	1.454.910.351	1.668.189.084	1.867.046.853	2.152.420.000	2.544.346.940
SAÚDE E EDUCAÇÃO	1.529.755.779	1.655.398.333	2.068.177.297	2.182.333.703	2.714.168.512
TOTAL	2.984.666.130	3.323.587.417	3.935.224.150	4.334.753.703	5.258.517.458
TOTAL	2.984.666.130	3.323.587.417	3.935.224.150	4.334.753.703	5.258.517.458
EDUCAÇÃO*	856.389.844	956.382.000	1.297.419.000	1.483.523.000	
SAÚDE**	673.365.935	699.016.333	770.758.297	698.810.703	

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

*TCDF - Valores transferidos para Educação - Prestação de Contas Anual TCDF 2003, 2004 E PLOA 2005

** Saúde=Diferença entre Total Saúde e Educação(FCDF) e Educação(TCDF)

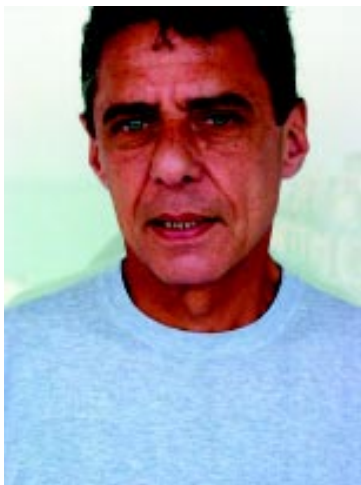
1999-2002 - Transferência ao GDF -Ministério da Fazenda UO 73105

Infográfico centralizado em **ARNALDO BERNARDINO**, com conexões para:

- CEMP** Cléia que teve como sócios Bernardino e Alberto Jorge empreteu dinheiro no início das atividades do HSJ
- Vinicius Borges - contador do HSJ, do Bernardino, do Mar Cléia, Cemp e outros
- Adriano Alves de Moura - do adifris, do HSJ e irmão do Bernardino
- Mª Auxiliadora Maciel e Leite - do Mto. do HSJ e irmã do Alberto Jorge, Modesto Leite
- Mônica Maria Maciel Leite - filha do irmão do HSJ e irmã do Alberto Jorge
- Alberto Jorge - gestor do HSJ, amigo e ex-assessor de Bernardino na DES
- Ivan Apolito - com Francisco do HSJ, coordenador da campanha de Bernardino em 2002 e amigo do pai do EPDSig, Surti
- Mel Aires - irmão de Bernardino, pai do filho do HSJ
- As Irmãs Mônica, Mariana e Mª Auxiliadora Maciel Leite são sócias do Cléia, que funciona no HSJ
- Wylla Dias Magalhães e as irmãs Mônica, Mª Auxiliadora, Mônica Maciel Leite e Karla Francisca são sócias ex HSJ
- HSJ tem conta na Banco do Brasil em Surti e mantem sobre Bernardino 100mil reais
- HSJ tem viagens à Europa para Bernardino, Alberto Jorge e respectivas esposas
- HSJ paga despesas pessoais do Bernardino e Alberto Jorge

Entrevista

Chico Buarque: mais uma vez, um exemplo de lucidez



Às vésperas de lançar o CD *Carioca*, Chico Buarque concedeu entrevistas a vários órgãos de imprensa, onde fala do Rio de Janeiro, da periferia, da necessidade de discutir a discriminação da maconha para combater o tráfico, e, como não podia deixar de ser, de política nacional e da crise. Esbanjando uma lucidez cada vez mais rara no meio artístico, Chico se revela decepcionado com as denúncias de corrupção, mas detecta um movimento contra o presidente Lula que beira o preconceito de classe. Publicamos abaixo trechos de sua reflexão acerca do momento que vivemos no país

Folha - No fim de 2004, em entrevista à Folha, você via uma onda de ódio aos pobres e de ódio a Lula no país. Entre aquele diagnóstico e a situação de hoje houve a crise do mensalão. Você está decepcionado? O que mudou no governo Lula?

Chico Buarque - É claro que esse escândalo abalou o governo, abalou quem votou no Lula, abalou sobretudo o PT. Para o partido o escândalo é desastroso. Espero que disso tudo possa surgir um partido mais correto, menos arrogante. No fundo, sempre existiu no PT

a ideia de que você ou é petista ou é um calhorda. Um pouco como o PSDB acha que você ou é tucano ou é burro [risos].

Agora, a crítica que se faz ao PT erra a mão. Não só ao PT, mas principalmente ao Lula. Quando a oposição vem dizer que se trata do governo mais corrupto da história do Brasil, é preciso dizer "espera aí". Quando aquele senador tucano canastrão vai para a tribuna do Senado dizer que vai bater no Lula, dar porrada, quando chamam o Lula de vagabundo, de ignorante, aí estão errando muito a mão. Governo mais

corrupto da história? Onde está o corruptômetro? É preciso investigar. Tem que punir, sim. Mas vamos entender melhor as coisas.

Folha - Como assim?

Chico - Pergunte a qualquer pequeno empresário como faz para levar adiante seu negócio. Ele é tentado o tempo todo a molhar a mão do fiscal para não se estrear. O mesmo vale para o guarda de trânsito. E assim sucessivamente. A gente sabe que a corrupção no Brasil está em toda a parte. E vem agora esse pessoal do PFL, justamente eles, fazer cara de ofendido, de indignado. Não vão me comover. Eles fazem o papel da oposição, está certo. Mas o preconceito de classe contra o Lula continua existindo - e em graus até mais elevados. A maneira como ele é insultado eu nunca vi igual. Acaba inclusive sendo contraproducente. O sujeito mais humilde ouve e pensa: "Que história é essa de burro!? De ignorante!? De imbecil!?!". Não me lembro de ninguém falar coisas assim antes, nem com o Collor. Vagabundo! Ladrão! Assassino! - até assassino eu já ouvi.

Fizeram o diabo para impedir que o Lula fosse presidente. Inventaram ple-

Há um desrespeito ao presidente, um preconceito de classe muito forte

que o Lula seja de fato visto como uma ameaça pelos mais ricos?

Chico - A economia, na verdade, não vai mudar se o presidente for um tucano. A coisa está tão atada que honestamente não vejo muita diferença entre um próximo governo Lula e um governo da oposição. Mas o país deu um passo importante elegendo o Lula. Considero deseducativo o discurso em voga: "Tão cedo esse caras não voltam, eles não sabem fazer, não são preparados, não são políglotas". Acho tudo isso muito grave.

Folha - Você vai votar no Lula?

Chico - Hoje eu voto no Lula. Vou votar no Alckmin? Não vou. Acredito que, apesar de a economia estar atada como está, ainda há uma margem para investir no social que o Lula tem mais condições de atender. Vai ficar devendo, claro. Já está devendo. Precisa ser cobrado. Ele dizia isso: "Quero ser cobrado, vocês precisam me cobrar, não quero ficar lá cercado de puxa-sacos". Ouvi isso dele na última vez que o vi, antes de ele tomar posse, num encontro aqui no Rio.

Folha - Vários artistas andaram criticando o PT, o governo e Lula. O meio artístico, ao que parece, não vai mais embarcar no "Lula lá".

Chico - Pelo que eu ando lendo, a grande maioria dos artistas está contra

o Lula. Tenho a missão de contrabalançar um pouco isso [risos].

Folha - Como você vê a atuação da mídia no escândalo do mensalão? Tem gente que ainda diz que a mídia criou ou inventou essa crise.

Chico - Não acho que a mídia tenha inventado a crise. Mas a mídia ecoa muito mais o mensalão do que fazia com aquelas histórias do Fernando Henrique, a compra de votos, as privatizações. O Fernando Henrique sempre teve uma defesa sólida na mídia, colonistas chapa-branca dispostos a defendê-lo. O Lula não tem. Pelo contrário, é concurso de

porrada para ver quem bate mais.

Folha - O rumo que tomou o Brasil e o mundo o faz se sentir derrotado? A sua geração perdeu?

Chico - É evidente que parte da minha geração que chegou ao poder não lutou a vida inteira para isso. Eu vou dizer: até mesmo pessoas que hoje são execradas publicamente, como o Zé Dirceu... Não tenho maior simpatia pelo Zé Dirceu, não assinei manifesto em defesa dele, acho que ele errou, que ele tem culpa, sim, portudo o que aconteceu, mas eu respeito uma pessoa que num determinado momento entregou a sua vida, jogou tudo o que tinha em nome de uma causa, do país. Como o Zé Dirceu eu poderia citar outros nomes que chegaram ao poder, mas chegaram despidos daquele sonho em nome do qual eles lutaram a vida toda. Quem sabe para chegar ao poder tiveram justamente que se render ao

pragmatismo. A pessoa que chega ao poder é um pouco um fantasma daquela que deu a vida por algo que não se realizou.

Carta Capital - No ano passado, você manifestou a esperança de que a crise política tivesse algum proveito e não apenas provocasse "alegria raivosa" em quem não votou em Lula. Hoje qual a sua avaliação da crise?

Chico - A alegria raivosa está menos alegre porque há uma grande probabilidade de reeleição do Lula. Os opositores se batem contra isso de uma forma brutal. Há insultos à figura do presidente como eu nunca vi anteriormente, nem mesmo ao Collor. Acho que há uma rejeição desproporcionada, algo que passa do limite.

Carta Capital - Você acha que a crítica está acima do tom?

Chico - Acho que há um desrespeito ao presidente Lula. Há um componente sim, de preconceito de classe muito forte. As pessoas não diriam "vagabundo", "burro", "imbecil" para Fernando Henrique, sociólogo e políglota, ou mesmo para um representante da elite nordestina, como o Collor. As pessoas se dão ao direito de se referir a Lula dessa forma. Esses preconceitos estão arraigados. Dizem: "Nós lhe prestamos um favor, para você ocupar o palácio por um tempo. Como não se portou direito, vai embora". Isso é grave. A eleição dele foi muito boa para o Brasil. E despachar o Lula dessa forma não é bom. Simbolicamente é um retrocesso. São pessoas que nunca aceitaram muito bem a eleição de um operário metalúrgico e agora se voltam com toda a fúria.

Professor nota 10

Professores começam a receber os diplomas do Uniceub

Os professores que participaram do curso professor nota 10, ministrado pelo Uniceub, começaram a receber no mês de maio os seus diplomas. Acabou-se assim a novela que por pouco não teria um final trágico: o curso, custeado pela Secretaria de Educação, não era reconhecido pelo MEC. Cerca de 1.300 educadores poderiam ser prejudicados pela irresponsabilidade do GDF que pagou R\$ 32 milhões para a faculdade particular, mas não se preocupou em saber se o curso era legal.

Foi necessária muita luta dos professores, com a intermediação do Sinpro, para conseguir fazer com que o MEC reconhecesse o curso. Formados no primeiro semestre de 2005, os educadores já tiveram prejuízos, pois

a demora na expedição do diploma impediu que até o momento os professores pudessem ser enquadrados em nova classe no plano de carreira. Um prejuízo médio de aproximadamente R\$ 490! Os alunos estudam agora entrar com ação para reparação dos danos contra a Secretaria de Educação.

A ação do Sinpro e dos professores conseguiu também que fossem agilizados os diplomas dos que concluíram o curso em 2005, graças a um mutirão do Ceub e da Universidade de Brasília (UnB), que é responsável no DF por essa liberação. Os outros, de 2006, estão sendo expedidos o que significa que ainda irá demorar até que todos os professores possam ser reequadrados, porque a Secretaria se recusa a acei-

tar os certificados de conclusão como comprovante. Segundo o diretor do Sinpro, Gabriel, o sindicato continuará atento até que todos os diplomas sejam expedidos.

Para a professora Oneide de Souza Ribeiro foi determinante a organização e a disposição dos formados para conseguir ver respeitados seus direitos. Assim que souberam que o diploma poderia não ser expedido se mobilizaram e foram até a secretaria de acesso ao ensino superior do MEC para solucionar o problema. Foi graças a esse empenho que foi possível regularizar o curso e permitir a expedição do diploma. Porque se dependesse da Secretaria de Educação, até agora os professores não teriam conseguido o reconhecimento do curso.



Professores contaram com o Sinpro para conseguir o reconhecimento do curso

Congresso

Normas para o VII Congresso dos Trabalhadores em Educação

Nos dias 29 (noite) e 30 de junho e 1 e 2 de julho, acontecerá o VII CONGRESSO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – realização do Sindicato dos Professores e do Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar.

VALORIZAR A EDUCAÇÃO E OS TRABALHADORES é o tema do Congresso. Nossa intenção é aprofundar o debate sobre a urgência e a necessidade de uma política educacional que garanta a formação dos trabalhadores em educação, o respeito à profissão, melhores condições de trabalho e salário, que estabeleça a democracia nas relações entre as direções das escolas e a comunidade escolar, enfim, uma política que recupere a auto-estima desses trabalhadores e os posicione com destaque no ambiente escolar, o que garantirá melhores condições de vida e uma escola pública com qualidade.

Tão importante quanto salário e carreira são as condições de trabalho, pois o desgaste a que é submetido o/a trabalhador/a em educação por falta de condições para a realização do trabalho pesa tanto na qualidade do ensino, quanto na sua própria saúde.

Diante do quadro desfavorável que vivemos, especialmente no DF, onde o governo não cumpre nem o que a Constituição exige, que é investir 25% de sua arrecadação na educação pública; onde o clientelismo político predomina na ocupação dos cargos de direção das escolas; onde o desrespeito aos trabalhadores em educação é evidente e o tratamento é diferenciado, discriminatório com relação a outras categorias, entendemos que é preciso, mais do que nunca, que nossa união em defesa da educação que liberta seja um compromisso do dia a dia,

em defesa dos trabalhadores e da Escola Pública de qualidade, ameaçada no Distrito Federal pelas constantes e insistentes reduções de turnos e até fechamentos de escolas.

Programação do Congresso

A programação do Congresso contempla as necessidades e anseios da categoria no que se refere ao debate, tanto político – das conjunturas internacional, nacional e local; quanto o pedagógico dos projetos educacionais, das condições de trabalho dos educadores, professores e auxiliares, das relações estabelecidas pelo GDF com a educação, o autoritarismo e o desrespeito da não priorização da educação pública, do tratamento discriminatório do GDF com os trabalhadores em educação, das condições salariais, da saúde e das lutas das categorias. Nomes importantes e respeitados da educação estarão conosco durante os quatro dias do Congresso e a participação dos/as delegados/as representantes das escolas garantirão a qualidade do debate e enriquecerão nosso conhecimento e experiência.

Teremos nos horários de almoço e à noite programação cultural para alegrar e animar nossa convivência.

A programação completa você confere no endereço eletrônico do Sinpro www.sinprodf.org.br e em cartilhas que a Diretoria entrega nas escolas, juntamente com a ficha de inscrição.

Atenção

O Congresso atenderá a 1.500 delegados e delegadas, sendo mil vagas para



professores/as e 500 para auxiliares em administração, respeitando a proporcionalidade de acordo com o número de sindicalizados de cada Sindicato.

Os critérios para participação de nossa categoria são:

- 1 – Ser sindicalizado;
- 2 – Cada escola tem direito a indicação de dois delegados titulares e dois suplentes;
- 3 – Os suplentes terão direito à participação apenas se houver desistência dos titulares;
- 4 – Os/as delegados/as serão indicados pelas escolas obedecendo critérios que a própria escola definirá;
- 5 – O acesso ao local do Congresso – dependências da CNTI – se dará me-

diantes apresentação obrigatória do crachá de identificação que os delegados receberão no momento do credenciamento.

Local do Congresso e regras internas

O Congresso acontecerá nas dependências do Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, situado na entrada do quilômetro 9,5 da BR 040, sentido Brasília-Luziânia, Posto Ipê, Luziânia – Goiás, telefone número 3274.4150,

ramais 207 até 216, fax número 3273.0104, endereço eletrônico www.cnti.org.br. Ficaremos hospedados no local, desde o primeiro ao último dia do Congresso.

O Centro de Treinamento é composto por blocos com apartamentos, salas para estudo e reuniões, auditórios pequenos, médios e um grande auditório onde acontecerão a abertura, as plenárias e o encerramento do Congresso.

Os apartamentos comportam cinco e 10 camas de solteiro, todas com roupa de cama, toalhas, travesseiros e cobertores/edredons.

Há também área de lazer, quadras poliesportivas, salão de jogos, piscina e estacionamento.

O Centro de Treinamento está alugado para o Congresso, a partir do dia 29 de junho até o dia 2 de julho. As refeições – café da manhã, almoço e jantar – serão servidas no local. No domingo, após o encerramento, haverá churrasco para confraternização dos delegados e delegadas. A bebida ficará por conta dos participantes, em lanchonete no próprio local.

A estrutura do Congresso é paga pelos dois Sindicatos, proporcionalmente ao número de delegados. O transporte público será garantido para os interessados que deverão informar, no ato da inscrição, se vão de condução própria ou em ônibus que sairão das Cidades Satélites e Plano Piloto, no dia 29, regressando no dia dois, após o encerramento. Não será cobrada taxa de inscrição.

Os locais de saída dos ônibus das cidades-satélites serão informados posteriormente.

Os funcionários e fun-

cionários do Sindicato e toda a diretoria estão preparados para as informações e esclarecimentos necessários. Portanto, em caso de dúvidas, liguem para a Sede ou subdes, através dos números: Sede: 3343.4200 (Geral), Joelma: 3343.4209, Edna: 3343.4211, Deni: 3343.4204, Ana Regina: 3343.4233; Subdes: Taguatinga: 3562.4856, Gama: 3556.9105 e Planaltina: 3388.5144.

As informações atualizadas estarão à disposição no endereço eletrônico do Sinpro: www.sinprodf.org.br.

As normas e regulamentos do Centro de Treinamento Educacional – CNTI, serão entregues no ato de credenciamento dos delegados e delegadas, mas antecipamos que a **voltagem** das tomadas para ligação de aparelhos elétricos é de 220 volts; cremes, hidratantes, shampoos, condicionadores etc. são responsabilidade dos/as delegados/as. No local há equipamentos de lazer tais como bolas e tacos de sinuca, raquetes e bolas de ping-pong, baralhos, dominós etc. Estes serão fanequados na recepção, mediante apresentação de documento de identidade.

Por fim, especialmente para as mães com filhos menores de sete anos, informamos que haverá creche e brinquedoteca, com profissionais da área. A informação sobre crianças é obrigatória e será feita na ficha de inscrição. Tudo isto para garantir nossa estrutura para este atendimento e a tranquilidade dos pais e o conforto e a alegria de todos e todas.

A Coordenação do Congresso

Permutas

Nome: Regina Pereira
Disciplina: Geografia
Escola: CE 05 de Brasília – 408 Sul
Permuta para: Qualquer escola (matutino) Asa Sul ou Norte
Telefone: 3321.3424/8116.2205

Nome: Edna Siqueira Silva
Disciplina: Atividades
Escola: Planaltina
Permuta para: Sobradinho
Telefone: 3453.2288/8424.3012

Nome: Carmen Lucia
Disciplina: Português/Inglês
Escola: CEF 24 de Ceilândia
Permuta para: Plano Piloto/Tagua./Guará
Telefone: 3383.2299

Nome: Shirley Francinale
Disciplina: Geografia
Escola: CEF 24 de Ceilândia
Permuta para: Guará/Piloto/N.B.
Telefone: 3567.1182

Nome: Cassia Maria Borba
Disciplina: Atividades
Escola: CEEspecial do Guará
Permuta para: Asa Norte
Telefone: 3034.1158/8411.5967

Nome: Maria Antonia Vivacqua
Disciplina: Artes/Artes Cênicas
Escola: CEF 802 Recanto das Emas
Permuta para: Tagua./Ceil./Samambaia
Telefone: 3039.5267/9970.6075

Nome: Lizeia Vilas Boas
Disciplina: Atividades (Jd. III)
Escola: EC 115 Norte
Permuta para: Guará/Cruzeiro/N.B.
Telefone: 3568.0756/9280.0438

Nome: Daniele da Silva Leão
Disciplina: Atividades (20h noturno/Eja 1º segmento)
Escola: CEF 619 Samambaia
Permuta para: P.Piloto/Guará/Tag./Cruz./Ceil./Samambaia (40 horas – matutino)
Telefone: 8464.0824

Nome: Maria Abadia
Disciplina: Atividades
Escola: CEF 619 Samambaia (Noturno – 20 h – Eja)
Permuta para: Ceil./Samambaia/40 horas
Telefone: 3037.9510/8158.1740

Nome: Rosilene Miranda
Disciplina: Atividades
Escola: CEF 619 Samambaia/Eja/20h
Permuta para: Asa Sul/N.B./Guará/Cruz./Tag.
Telefone: 9942.0377

Nome: Sílvia Helena
Disciplina: Atividades
Escola: EC 64 de Ceil. (antiga Escola Normal)
Permuta para: Taguatinga
Telefone: 9211.1307

Nome: Sirllei Passos
Disciplina: Língua Portuguesa/Inglês
Escola: CEF 04 Planaltina
Permuta para: P. Piloto
Telefone: 3631.1918/9669.8895

De olho em seus direitos

É legal a Secretaria de Educação se recusar a protocolar requerimentos dos professores que não recebem a pecha de “requerimento padrão”?

Segundo a assessoria jurídica do Sinpro, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXIII e XXXIV assegura a todo

cidadão O DIREITO de requerer aos poderes públicos, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE.

Evidentemente que a Administração não está obrigada a deferir pleitos dos servidores que entender indevidos. Contudo, é obrigação sua protocolar quaisquer requerimentos e é dever seu res-

pondê-los, em respeito ao comando constitucional acima referenciado.

Em havendo a recusa em receber requerimento, favor identificar quem fez a recusa e informar o fato ao SINPRO/DF, para a tomada de providências cabíveis, ou seja, o cumprimento da Constituição.

Lei assegura um dia para controle do câncer de mama e do colo de útero

O Ministério Público do DF e Territórios, representado pelo Núcleo de Gênero Pró-Mulher, encaminhou ao Sinpro documentação na qual assegura que a Lei Distrital nº 3.078, de 24 de setembro

de 2004, garante o direito de uma folga anual para realização de exames de controle do câncer de mama e do colo de útero às servidoras da administração direta, autárquica e funcional e do legislativo local do DF, bem

como às empregadas da iniciativa privada e às trabalhadoras domésticas.

Essa folga anual não é um sexto dia de abono, mas sim um dia dedicado especialmente aos exames supra mencionados.

Projeto de escola em Taguatinga será expandido para toda a rede pública

Depois de ir à Moçambique para levar a sua experiência, a professora Sandra Carvalho de Freitas, do Centro Educacional 06 de Taguatinga, se prepara agora para ver a expansão para 14 escolas da rede pública de ensino de Taguatinga e Ceilândia o projeto Educando para a Vida, que trabalha com a comunidade escolar a questão da sexualidade e das drogas. Desde 2001 a professora coordena o projeto desenvolvido no CED 06, em um trabalho multidisciplinar que envolve professores, alunos e pais na discussão da dicotomia entre prazer e risco e a responsabilidade de cada um de serem protagonistas de sua história, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos jovens e de suas famílias.

O resultado é surpreendente: antes de 2001, a média de adolescentes grávidas era de cerca de 25 por ano. Em 2005, quatro anos depois de implantando o projeto, o total caiu para cinco meninas grávidas. Também diminuiu a evasão escolar e hoje há alunos disputando uma vaga na escola que já foi considerada violenta e problemática. "Acreditamos que isso foi possível porque aproximamos a comunidade do centro de en-

sino", afirma a professora Sandra, bióloga de formação, com especialização em educação sexual e sexualidade.

Iniciado pelos professores, o Educando para a Vida conta hoje com uma rede de voluntários que oferecem oficinas de capoeira, arte, música, grafiteagem e uma vasta gama de opções para que os alunos possam frequentar uma atividade em horário contrário ao de sua grade curricular. Em 2002 o projeto recebeu o primeiro lugar em nível nacional do Prêmio Unesco de prevenção à DST/Aids e ao uso de drogas nas escolas e em 2005 foi classificado em terceiro lugar no Prêmio Professor, concedido pela Secretaria de Educação.

O diferencial do projeto é a continuidade e o envolvimento da comunidade escolar. Hoje tanto os alunos regularmente matriculados (cerca de 800), quanto os membros da comunidade podem participar das aulas de teatro, dança, capoeira, artes, música e modalidades esportivas que são realizadas na escola.

Isso proporciona a abertura necessária para discutir um assunto delicado como o exercício consciente da sexualidade.



O grafite é uma das oficinas que afasta os alunos das drogas e violência

"Precisamos entender que todos têm a sua parcela de responsabilidade nessa formação e de nada adiantaria a escola promover o conhecimento puro e simples sem que a estrutura da família fosse trabalhada", resume Sandra. No cerne de tudo, acredita ela, está o resgate da auto-estima dos jovens, bombardeados pelos apelos da mídia sem chance de saber o que é válido para a sua realidade ou não.

O sucesso da proposta levou a ideia para Moçambique, onde a professora este-

ve em fevereiro deste ano, realizou um curso e ajudou a elaborar um plano de ação para a implantação do projeto no país africano. Em novembro os professores moçambicanos vêm ao Brasil para um intercâmbio de experiências. A partir deste mês escolas de Taguatinga e Ceilândia irão começar a desenvolver o projeto, inicialmente em cerca de 14 escolas.

Paródia produzida pelos alunos a partir da música "Tô nem aí"

*Cheguei na escola e tive espaço
Aproveitei todas as chances de me informar
Pelo projeto fui ensinada
Que se o amor for responsável,
Se curte em paz
Já me aceito, me cuido sem medo
Meu corpo aprendi a respeitar
Acertei meus erros, me reinventei
E virei a página, agora tô em outra!
Tô nem aí, tô aí
Se não usar camisinha vai ficar sem mim....*

Professora aposentada lança livro para ajudar a caminhar: "Reflexos da Vida"



Reflexos da Vida, de Maria Gomes de Almeida, é um livro lançado este ano com apoio do Sinpro, desta professora nascida em Formosa, Goiás, que ao fazer o Curso Superior de Teologia encontrou inspiração e, como ela mesma diz "como vencedora tenho uma missão, uma grande missão, ajudar os outros, ajudar os outros a caminharem". Esta é uma das mensagens símbolo da publicação,

na qual "há toda uma linha de espiritualidade fertilizando e enriquecendo a vida poética da autora". Como diz a própria autora, o livro tem o intuito de ajudar as pessoas em suas dificuldades, a encontrar sentido em sua vida. Maria Gomes de Almeida cursou o ensino médio em Formosa (GO), Pedagogia e Educação Artística em Brasília. É professora aposentada,

parauana e membro da Renovação Carismática Católica. Reflexos da Vida pode ser encontrado na Livraria Católica Ave Maria, no Ed. Paranoá Center, no centro de Taguatinga; na Presente Cristão, CNB 09, lote 1, loja 10, galeria também em Taguatinga; e na Papelaria e Livraria El Shaddai, em Formosa (GO), além de livrarias e papelerias cristãs.

Seminário debate superação do preconceito e homofobia na escola

A intolerância com a diversidade sexual permeia toda a sociedade, mas na escola ela assume aspecto ainda mais cruel, porque impõe aos jovens, numa fase em que as relações de amizade são preponderantes, a rejeição de colegas e uma vida de sofrimento e exclusão. Muitos alunos abandonam os estudos, por não suportar a humilhação cotidiana, traduzida em piadinhas e brincadeiras de mau gosto, mas muitas vezes até em agressão física e psicológica.

Foi com o intuito de discutir com especialistas e com os professores formas de superar essa situação, é que o Sinpro promoveu no mês de abril o I Seminário sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Os especialistas que participaram do evento foram unânimes em reconhecer que os professores têm papel fundamental no processo de desconstrução dessa realidade.

Para o sociólogo e professor da Universidade Federal da Bahia, Luiz Mott, que fez a palestra de abertura, o professor deve ficar atento para não reproduzir modos e maneiras da sociedade machista, e reprimir padrões e comportamentos considerados, por exemplo, "efeminados". "A livre orientação sexual é um direito

humano fundamental. Em primeiro lugar não devemos permitir a piadinha, a chacota, que é o início de todo o processo que joga na lona a auto-estima dos que assumem a sua homossexualidade. Devemos ser intolerantes com a intolerância", afirmou ele. Ele enumerou alguns pontos básicos que devem nortear a ação a respeito da orientação sexual (veja box).

Na opinião da doutora em sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Berenice Alves, é preciso atuar fortemente no espaço-escola, que hoje é o espaço do terror para aqueles que não comungam da orientação homem-mulher. Beto de Jesus, consultor em educação e diversidade acredita que o aluno que é vítima de preconceito não conseguirá aprender direito, porque associará a escola a um espaço de não-aceitação. "Temos que discutir a grade curricular, sempre levando em consideração de que a escola deve ser um espaço de cidadania e não de reprodução de preconceitos arraigados na sociedade", afirma.

Mott lembrou que é preciso exercitar a aceitação e a amorosidade e lembrou uma campanha desenvolvida pelo grupo Arco-Iris da Bahia em um outdoor, onde uma

mãe diz: "Minha filha ama uma mulher e eu amo a minha filha", como forma de trabalhar a tolerância no seio familiar.

De acordo com os especialistas, o professor precisa ganhar a confiança do aluno para que ele sinta no educador um aliado, apoiá-lo quando perceber que ele está em conflito sobre sua orientação, protegê-lo contra as agressões dos colegas e encaminhar o jovem às entidades e organizações que tratam da questão, que têm condições de dar apoio psicológico a quem tem a coragem de assumir a sua homossexualidade.

Para o diretor do Sinpro, Robson Salazar, os educadores precisam assumir esse papel dentro das escolas. Ao final do seminário os professores e o Sinpro decidiram criar um fórum permanente para debater a questão e propor ações pedagógicas para trabalhar essa questão no ambiente escolar.

A homossexualidade:
Não é crime
Não é doença
Não é pecado
Sempre existiu
É comum a todos os povos
É natural
Não é sinônimo de cópula anal, envolve afeto, desejo e emoção